

26 SET 1991

# Congresso pode ter um novo "trem"

JORNAL DE BRASÍLIA

## Zenaide Azeredo

Ao votar hoje pela manhã o projeto de resolução do senador Almir Gabriel (PSDB-PA), que dispõe sobre a estrutura da Comissão Mista de Orçamento, os 120 membros desta comissão estarão enfrentando um perigoso dilema: ou aprovam o projeto prevendo a composição do núcleo de assessoramento especializado formado apenas pelo quadro de funcionários da Câmara e do Senado e correm o risco de estarem patrocinando um "trem dá alegria interno" ou chamam os assessores concursados em 1990 e serão acusados de estarem aumentando as despesas das duas Casas.

Das 16 emendas apresentadas ao projeto do senador, todas aquelas referentes à composição do quadro de assessores alertam para o perigo dos funcionários indicados pelos parlamentares perderem a autonomia que deveriam ter para analisar o Orçamento da União. "É necessário garantir ao assessor uma autonomia tal que ele possa emitir sua opinião obedecendo apenas os ditames e parâmetros técnicos de sua profissão, em vez de um distorcido senso de lealdade para com aquele que o indicou", alertou o deputado Aloisio Mercadante (PT-SP). Mercadante recomenda, neste contexto, que o núcleo de assessoramento seja recrutado entre os concursados, ficando apenas a formação do quadro de assistentes

(24 pessoas) limitado à escolha interna, entre os servidores da Câmara e do Senado.

## Um milhão

Utilizando o mesmo argumento do deputado petista, o deputado do PSB de Pernambuco, Luis Piauilhino, defendeu a necessidade da Comissão Mista colocar na assessoria técnica "assessores especializados e experientes". O parlamentar criticou a forma como a assessoria está sendo estruturada através do projeto de lei, dizendo que não há nada que justifique a gratificação de DAS-1 "estimada em mais de um milhão de cruzeiros" para o serviço de assistência ao assessor. Pelo projeto de Almir Gabriel serão 24 os cargos de assistente DAS-1, integrados por funcionários das duas Casas.

Outro parlamentar que apresentou emenda contrária ao aproveitamento do pessoal da Câmara e Senado, alegando que o cargo de assessor de orçamento e fiscalização financeira exige pessoas "do mais alto nível técnico", foi o deputado Jorge Tadeu Mudalen (PMDB-SP).

O deputado Helio Rosas (PMDB-SP), foi mais contundente e crítico. "A livre nomeação de assessores, mesmo dentro do universo dos quadros efetivos das duas Casas, ameaça jogar por terra todo o esforço de profissionalização e es-

pecialização de recursos humanos para o assessoramento legislativo na área orçamentária e financeira". Para Hélio Rosas "não é justo que os candidatos aprovados" no concurso da Câmara sejam preteridos em favor de nomeações de outros servidores que não poderão preencher os requisitos necessários para o cargo de assessor orçamentário.

## Outro entendimento

O presidente da Comissão de Orçamento, senador Ronaldo Araújo (PMDB-RO), acha que não existe nenhum "trem da alegria" na proposta de Almir Gabriel, dizendo que tem muita "gente vendendo chifre em cabeça de cavalo".

O senador Almir Gabriel, por seu turno, justificou sua proposta ao **Jornal de Brasília**, dizendo que as duas Casas têm hoje cerca de 240 assessores, dos quais cerca de 30 sem função específica. Seu interesse foi aproveitá-los, disse. "Se Câmara e Senado já dispõem de assessores, porque chamar outros?", indagou o senador. Ele acha que os assessores orçamentários não precisam ser necessariamente da área de orçamento. "Pelo menos 10 dos 30 poderiam ser especialistas em políticas públicas", observou. Pelo projeto a ser votado hoje, a Comissão de Orçamento ficará com 30 assessores de nível DAS-3 e 24 assistentes nível DAS-1.